

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: POSSIBILIDADES SOCIOEDUCATIVAS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO DO MÉDIO ALTO URUGUAI
PEDAGOGY OF ALTERNATION: SOCIAL AND EDUCATIONAL POSSIBILITIES FOR THE FAMILY FARMERS FROM MEDIUM HIGH URUGUAY TERRITORY

Luci Mary Duso PACHECO¹
Vanessa DAL CANTON²

RESUMO: O estudo em voga pretende discutir as possibilidades socioeducativas da proposta pedagógica da alternância, a partir de uma análise das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai. A metodologia do trabalho baseou-se em estudos bibliográficos, entrevistas com os sujeitos atores da Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen e visitas aos municípios do Território. O Território é constituído por municípios de características comuns apresentando similaridades em suas dificuldades na agricultura familiar. A pedagogia da alternância, metodologia trabalhada nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) compreende momentos na família/propriedade e momentos na escola articulando teoria e prática de maneira constante na perspectiva de formar o jovem integralmente e consolidar o desenvolvimento do meio em que reside e produz. Nesse sentido, a pedagogia da alternância contribui de forma significativa para o enfrentamento das dificuldades pelos agricultores familiares do Território, possibilitando o desenvolvimento desse espaço de maneira a garantir a renda, a qualidade de vida e a sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: pedagogia da alternância; Casa Familiar Rural, território do Médio Alto Uruguai.

INTRODUÇÃO

O estudo em destaque apresenta as reflexões feitas a partir de uma pesquisa desenvolvida por intermédio da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de Frederico Westphalen, com vistas à análise da proposta pedagógica da alternância como possibilidade socioeducativa de enfrentamento para as situações problemas na agricultura familiar nos municípios do Território do Médio Alto Uruguai, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento do meio rural neste espaço.

A pesquisa foi desenvolvida ao longo de dois anos e contemplou um aprofundamento teórico acerca da temática e a coleta de dados empíricos, e esta compreendia em seu projeto *A pedagogia da alternância e os CEFFAs: possibilidades socioeducativas de enfrentamento das situações problemas da agricultura familiar nos municípios do Território do Médio Alto Uruguai*.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de Frederico Westphalen, Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. Coordenadora do Programa Institucional de Iniciação à Docência da URI. E-mail: luci@uri.edu.br

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de Frederico Westphalen, Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista da Capes. E-mail: vanessadalcanton@hotmail.com

Em princípio pode-se elucidar que a pedagogia da alternância consiste em uma modalidade de ação educativa voltada à formação de jovens e adultos do campo. Esta proposta objetiva a formação integral do jovem rural no aspecto intelectual e profissional. Prima-se por desenvolver e instigar no jovem a iniciativa própria, a criatividade individual, o trabalho em equipe, o senso de responsabilidade, de cooperação e de solidariedade, estabelecendo relações entre sujeito, escola, família e comunidade. O Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai é composto por trinta e quatro (34) municípios, dentre os quais está Frederico Westphalen localizado ao norte do Rio Grande do Sul, município em que se localiza a Casa Familiar Rural (CFR), instituição esta que trabalha a partir da pedagogia da alternância, tendo como metodologia a alternância de momentos na escola e momentos na propriedade do jovem. Associa, dessa maneira, teoria e prática possibilitando o confronto de saberes empíricos com saberes científicos que organizados no Plano de Formação garantem a formação integral do jovem e o desenvolvimento do meio em que vive com sua família.

1 A AGRICULTURA FAMILIAR E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: RELAÇÕES POSSÍVEIS

Durante muito tempo houve uma sobreposição ideológica do urbano sobre o rural. Ainda hoje, talvez, não seja possível ver-se livre por completo dessa afirmação, porém, algumas ações já são propostas como alternativas de mudança deste cenário. Nas últimas décadas foi presenciada uma crescente participação dos sujeitos do campo³ no cenário político e social do país. Marcada pela iniciativa dos movimentos sociais, o campo mostra, através dos seus representantes, que está vivo e precisa de políticas públicas adequadas às suas especificidades contextuais.

Uma proposta de educação de acordo com essas especificidades contextuais constitui-se como um dos fatores pelo qual os sujeitos do campo lutam em seu favor. Sobre a educação rural no Brasil, Leite (2002, p. 14, grifos do autor) afirma que:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: *gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade*. No entanto, a produção rural e, consequentemente, a mão-de-obra existente no campo, foram focos de interesse do capitalismo contemporâneo, ocasionando a implantação de modelos urbano-liberais entre a população rústica.

A partir das palavras do autor, pode ser visualizado o contexto de luta das pessoas que vivem no campo na busca da valorização dos seus conhecimentos, da sua cultura,

³ Dentre os sujeitos do campo é possível destacar os pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias, etc. (PACHECO, 2010).

suas identidades e valores, por meio de um projeto político que pode se concretizar em diferentes práticas educativas. Estas, por sua vez, seriam configuradas em um novo jeito de lutar e pensar a formação dos que vivem e trabalham no campo. O povo do campo tem um jeito próprio de ser e de viver que se diferencia da realidade urbana. Suas raízes culturais são perpassadas por uma maneira singular de relacionar-se com o tempo, com o espaço e com o meio ambiente onde vivem e convivem com suas famílias numa relação comunitária.

Uma proposta educacional que objetive formar a população do campo a partir de suas necessidades e interesses requer uma atenção especial na sua organização e formulação, levando em consideração o tipo de escola para esse público, os objetivos que guiarão o caminho de formação, os métodos que serão utilizados, que saberes seriam essenciais na constituição dessa formação e que conhecimentos sociais fariam parte deste percurso.

Estes questionamentos fazem parte da busca constante por uma educação de qualidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, visualizando-a como um direito da cidadania, assim, surge em muitos lugares como experiência alternativa, gerida pelos próprios trabalhadores. Neste contexto, encontram-se os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) abrangendo uma modalidade de educação diferenciada aos sujeitos do campo.

Conforme Begnami (2009, s.p.) “[...] o CEFFA é uma associação de caráter comunitário, composta de famílias, pessoas e entidades que buscam contribuir para a promoção e desenvolvimento sustentável do campo, através da formação integral das pessoas, pelo sistema de alternância”. Na dinâmica de trabalho dos CEFFAs encontram-se duas modalidades educativas: a Escola Família Agrícola (EFA) e a Casa Familiar Rural (CFR).

Nos CEFFAs é desenvolvida a pedagogia da alternância, a qual, segundo Gimonet (2007, p. 45):

[...] se inscreve na lógica explicada por Jean Piaget, na fórmula praticar e compreender. Praticar quer dizer ação, a experiência que temos das coisas, compreender significa a explicação, a teorização, a conceitualização e a abstração que se pode extrair da prática ou que pode resultar dela. A Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância, dá prioridade à experiência familiar, social, profissional, ao mesmo tempo como fonte de conhecimentos, ponto de partida e de chegada do processo de aprendizagem, e como caminho educativo.

A formação por alternância, sob esta perspectiva, obedece a um processo que parte da experiência de vida do aluno para o aprofundamento nas teorias, e em seguida voltar à experiência. Tal processo foi definido por Piaget, conforme afirma Gimonet em suas palavras, como “praticar e compreender”. Quando ação e reflexão andam juntas há então o “agir em pensamento” e o “compreender em ação”.

O processo educativo a partir da alternância alterna momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar/comunitário. É um movimento que acontece a partir do seguinte itinerário:

1º- Meio socioprofissional: observar/pesquisar/descrever a realidade socioprofissional;

2º- Escola: socializar/analisar/refletir/sistematizar/conceitualizar/interpretar;

3º- Meio socioprofissional: aplicar/experimentar/transformar a realidade.

Alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando partilha os diversos saberes que possui com os outros atores e reflete sobre eles em bases científicas (reflexão); e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais. (NASCIMENTO, 2005, p. 1)

Desse modo os *alternantes* participam de um movimento que envolve a ação-reflexão-ação, ou seja, na propriedade familiar de origem o jovem observa a sua realidade e faz o levantamento de algumas questões que lhes são pertinentes. Na escola, reflete sobre o que observou anteriormente em bases teóricas que o permitem construir novos conhecimentos. Neste momento, o jovem analisa a sua realidade e tem a oportunidade de apontar soluções para as situações problemas que havia encontrado. É chegado o período de voltar à propriedade. Agora, o jovem pode transformá-la a partir do que já construiu. Assim, o movimento se repete constantemente, pois novas dúvidas podem surgir a cada visita à propriedade e novos saberes são construídos para que aconteça um desenvolvimento econômico e sustentável do meio. (GIMONET, 2007).

A ideia de alternância assume, assim, um sentido de estratégia de escolarização que possibilita aos jovens que vivem no campo conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural. (SILVA, 2006, p. 13).

Neste sentido, a alternância se apresenta como uma metodologia que está ao alcance dos jovens, bem como das suas respectivas famílias, visto que ambos se constroem juntos de maneira recíproca e o resultado disso será o desenvolvimento do meio. Neste modelo de aprendizagem, os jovens podem ajudar na propriedade em épocas de plantio ou de safra, pois o calendário escolar é organizado e apropriado à realidade dos sujeitos que a constituem.

Destaca-se o papel da agricultura familiar no Brasil, ressaltando que esta sempre foi considerada um segmento marginal e de pouca importância para os interesses de uma sociedade capitalista que encarava a chamada *grande agricultura*, a monocultura – café, cana-de-açúcar, soja, entre outros produtos – como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas. Sob o ponto de vista de muitos intelectuais

da sociedade urbana, a agricultura familiar era vista como sinônimo de pobreza e subdesenvolvimento. O homem do campo, agricultor familiar, era considerado pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento do seu negócio.

Durante longo tempo, não houve interesse na geração de políticas públicas para esse segmento da sociedade, tido, em geral, como um encargo e não como um participante do processo de desenvolvimento nacional. Os próprios instrumentos do Estado, a exemplo da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa e do crédito, eliminavam o agricultor familiar de suas agendas. (PACHECO, 2010).

O período de 1960 a 1990 foi marcado pelo modelo extensivo de agricultura – aumento da produção e da extensão das áreas plantadas; pela industrialização/mecanização – máquinas, sementes e insumos químicos; por uma política de crédito para financiar apenas as indústrias, médios e grandes produtores; pela expansão da monocultura e abandono das culturas de subsistência e, por fim, essa fase é marcada por uma organizada assistência técnica, financiada pelo governo federal, para transferir da indústria ao agricultor, o pacote tecnológico – mecanização, sementes híbridas, animais, rações, produtos veterinários e venenos químicos. (GÖRGEN, 2004).

Este período foi chamado Revolução Verde que conforme Görgen (2004) foi marcada por três fases. A primeira fase foi de 1960 a 1990 e se destacou pelas seguintes características: grandes lavouras de grãos, industrialização da agricultura, política de crédito, monocultura e assistência técnica. Muitos dos pequenos agricultores acabaram deixando o campo por motivo da forte pressão do novo modelo e instalaram-se nas periferias das cidades gerando mão de obra barata. Os latifundiários passam a comprar mais terras para produzir, a produção é voltada para a exportação e começa uma grande crise de fome no Brasil. Os agricultores dependem cada vez mais dos Bancos e alguns já começam a se endividar. Além destas consequências, o mau uso dos recursos naturais fez com que o solo ficasse empobrecido e não produzisse mais como antes.

A segunda fase vai de 1990 a 1999 tendo como principais características o uso intensivo de herbicidas associado ao plantio direto e a profissionalização do agricultor. Usam-se cada vez mais agrotóxicos, e novas tecnologias para máquinas e equipamentos são necessárias. Algumas consequências desta fase são: aumento dos investimentos em novas máquinas e insumos; exigência de maior especialização do trabalho agrícola, principalmente pela entrada da informática nesse campo; integração e dependência cada vez maiores da produção com as agroindústrias; os custos de produção e preços finais dos produtos são dados pelos mercados internacionais; o exagerado uso de agrotóxicos cria novos desequilíbrios na natureza e novas pragas e ervas daninha surgem ainda mais resistentes aos venenos já usados. (GÖRGEN, 2004).

A terceira fase da Revolução Verde começa no ano de 2000 e perdura até os dias atuais (GÖRGEN, 2004). Ela vem justamente para tentar resolver os problemas criados

pelo próprio modelo, desde o seu princípio, e acaba por excluir de vez os pequenos agricultores que resistiram até então. O modo de produção mantém-se originalmente, porém, intensifica-se o uso das tecnologias por meio do melhoramento genético das sementes e o forte controle no processo de produção agrícola e pecuária. Usa novos recursos das ciências biológicas, da mecânica, do geoprocessamento e da informática.

A partir da Revolução Verde com a expansão mundial da concepção de artificialização da agricultura e a ampliação dos contratos de produção entre as empresas capitalistas e as famílias camponesas, introduziu-se a expressão *agricultura familiar*, outrora de uso habitual aqui e acolá, mas acentuada desde a década de 1990 e consagrada em lei (BRASIL, 2006) como expressão formal, porque utilizada em programas e políticas governamentais (CARVALHO; COSTA, 2012).

Carvalho e Costa (2012, p. 29) apontam que:

A oficialização da expressão agricultura familiar teve como objetivo estabelecer critérios para o enquadramento legal dos produtores rurais com certas características que os classificavam como agricultores familiares. Isso para obtenção, por parte desses agricultores familiares, de benefícios governamentais, sendo indiferente o fato de esses agricultores estarem em situação de subordinação perante as empresas capitalistas ou se eram reprodutores da matriz de produção e tecnológica dominante.

Neves (2012, p. 37) discute a ideia de conceituação da agricultura familiar em aspectos acadêmico, político e jurídico atentando para um conceito geral e, talvez, abstrato, como “[...] modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado”.

Segundo Görgen (2004, p. 11) a agricultura familiar “[...] é um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária. [...] o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista”. Conforme o autor, a agricultura camponesa ou familiar se faz em pequenas áreas de terra e prima pela diversificação na produção.

De acordo com Gonçalves e Souza (2005), na legislação brasileira a definição de propriedade familiar consta no inciso II, do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: propriedade familiar - o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros. Na definição da área máxima, a Lei

nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais⁴ e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

Bittencourt e Bianchini (1996), em estudo realizado na região sul do Brasil adotam a definição de que agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (mais de 80%). A base da força de trabalho utilizada no estabelecimento é desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros, temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

É possível perceber a partir das concepções dos autores que a maioria das definições de agricultura familiar baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. De maneira geral, afirmam um aspecto comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

Pacheco (2010) analisou o Manual de Crédito Rural (2009) e afirma que a agricultura familiar é constituída de pequenos e médios agricultores que representam a grande maioria de produtores rurais do país, ou seja, 4,5 milhões de estabelecimentos rurais que detém 20% das terras e é responsável por 30% da produção global, sendo que pelos produtos de subsistência que chegam à mesa do consumidor são responsáveis por cerca de 60% da produção. São agricultores de baixa escolaridade, no geral, possuem pouca quantidade de terra e buscam a diversificação da propriedade para aumentar renda, diminuir custos, ocupar mão de obra e racionalizar o uso ambiental.

2 O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO MÉDIO ALTO URUGUAI

O Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai (Figura 1) está localizado no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, abrange uma área de 5.713,71 Km² e é composto por 34 municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, com a mesma identidade e coesão social e cultural: Alpestre, Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.

⁴ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. (INCRA, 2008).

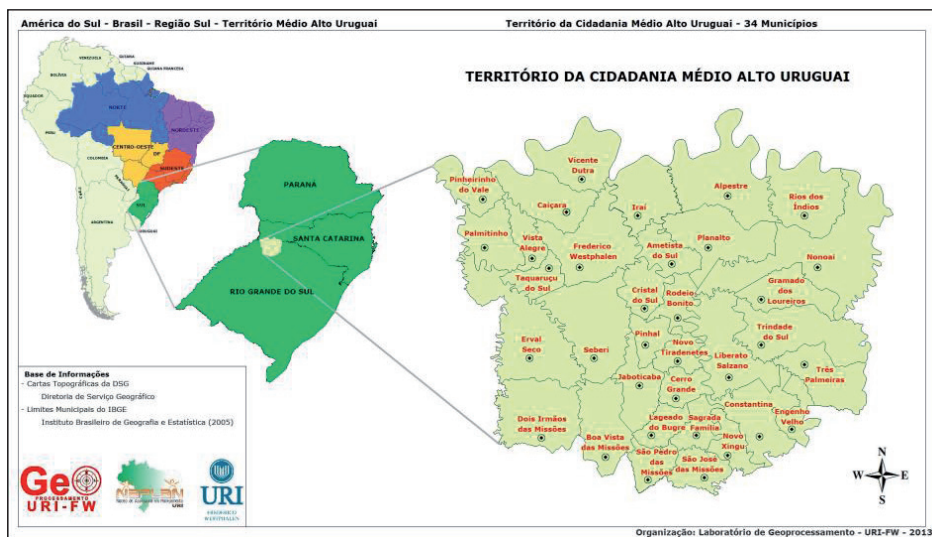


Figura 1: Território da cidadania do médio alto Uruguai.

FONTES: Laboratório de Geoprocessamento – URI-FW – (2013).

Os municípios que compõem os Territórios da Cidadania foram escolhidos pelo Governo Federal e atendem aos seguintes critérios: menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) territorial; baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNRD), do Ministério da Integração Nacional (MI); maior concentração de benefícios do programa Bolsa Família; maior concentração de agricultores familiares, assentados, populações quilombolas e indígenas; densidade populacional média abaixo de 80 habitantes por km²; e população média municipal de até 50 mil habitantes.

A população total do Território do Médio Alto Uruguai, segundo dados do Núcleo de Assessoria e Planejamento (NAPLAN/URI, 2014), colhidos pelo Censo/2010 era de 189.917 habitantes, dos quais 91.583 viviam na área rural, o que corresponde a 48,22% do total, e 98.334 (51,78%) na área urbana. Apesar de haver mais habitantes na área urbana foi constatado que 08 dos 34 municípios têm mais habitantes nesta área, e isso demonstra que a grande maioria dos municípios é rural. Todos os municípios têm população inferior a 50.000 habitantes.

O desenvolvimento da região, desde a sua origem, vem sendo construído com base na agricultura familiar; isso pelas características fundiárias, onde a pequena propriedade é predominante. A média do tamanho da propriedade na atualidade é de 15 hectares, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A agricultura de subsistência é outra característica dominante, uma vez que os agricultores,

seguindo suas origens e seus costumes, organizam sua produção visando, em primeiro lugar, à alimentação e subsistência das famílias, a criação de animais e comercialização dos excedentes. (FLORES, 2009).

De acordo com Flores (2009), no território Médio Alto Uruguai predomina a atividade agrícola como principal fator de geração de riquezas e ocupação de pessoal, representando 58% da renda média dos municípios. É destaque também o grande número de famílias que ainda reside no meio rural, representando 56% da população.

Estudos de Schneider e Waquil (2001, p. 16) demonstram que o Território do Médio Alto Uruguai pode ser considerado uma das mais deprimidas zonas da geografia econômica gaúcha. Essa região apresenta “[...] indicadores de renda, de produtividade e de infraestrutura que podem ser considerados insuficientes para prover condições adequadas de exploração econômica da terra que possam não apenas assegurar qualidade de vida, mas preservar os recursos ambientais”.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Os procedimentos metodológicos para a estruturação do presente trabalho basearam-se nos elementos coletados durante os dois anos da pesquisa. A partir do estudo bibliográfico da temática, seguiu-se, no primeiro ano, pela coleta de dados na Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen (CFR/FW). Buscou-se visualizar a partir de entrevistas realizadas com gestores, monitores e jovens da instituição, a maneira como é trabalhada e incorporada ao fazer cotidiano dos jovens e suas famílias a pedagogia da alternância no intuito de contribuir para o enfrentamento das situações problemas dos moradores e produtores do campo.

O universo da pesquisa no primeiro ano compreendeu todos os jovens, monitores e gestores da CFR/FW. No total foram entrevistados cinquenta e dois (52) jovens, cinco (05) monitores e dois (02) gestores. As entrevistas foram aplicadas de forma individual e em grupos focais, levando em consideração a contribuição de cada sujeito entrevistado para atingir o objetivo do primeiro plano de trabalho da pesquisa. Este pretendia analisar quais os limites e possibilidades da pedagogia da alternância vivenciada nos CEFFAs enquanto prática socioeducativa de enfrentamento das situações problemas na agricultura familiar, a fim de verificar sua contribuição na construção de um novo espaço rural para os municípios do Território do Médio Alto Uruguai.

No segundo ano da pesquisa os entrevistados correspondiam aos agricultores familiares do Território do Médio Alto Uruguai. Neste sentido foram contatados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), e na falta destes, a Secretaria Municipal da Agricultura dos municípios do Território para o agendamento de visitas e participação em reuniões com os agricultores familiares. Devido à evidência do retorno de alguns

municípios, as visitas foram estruturadas estendendo-se por quatorze municípios, os quais não serão mencionados devido às questões éticas que envolvem a pesquisa.

A dinâmica do diálogo e da escuta atenta às falas dos agricultores e dos presidentes dos Sindicatos esteve sempre presente, sendo organizadas em grupos focais e entrevistas individuais, conforme a preferência de alguns agricultores. As reuniões aconteceram na maior parte das vezes na sede do STR de cada município, na qual os agricultores se reuniam para tratar assuntos diversos de seus interesses, sendo este o espaço utilizado pelas pesquisadoras para efetivar os grupos focais. Durante as reuniões, pode-se dizer que em média trinta (30) agricultores de cada município participavam. Nesta perspectiva as visitas atentaram para o conhecimento das dificuldades enfrentadas no espaço rural da região estudada a fim de compreender as contribuições da pedagogia da alternância para o enfrentamento dessas dificuldades e o desenvolvimento desse espaço. Ressalta-se que foi entregue antecipadamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em ambos os momentos da pesquisa.

Durante as visitas aos municípios foi perguntado aos agricultores sobre a dificuldade em acessar créditos, tendo a maior ocorrência em relação à burocracia, seguida a este fator a falta de informações. Sobre o acesso ao crédito é possível destacar que parte dos agricultores familiares dos municípios visitados afirma que o acesso ao crédito é facilitado pelas agências bancárias, inclusive há bastante oferta de linhas de crédito para o agricultor, não havendo, assim, dificuldade para acessar estes benefícios. Em contrapartida, para acessar esses créditos é necessário possuir uma conta bancária em movimento sem pendência nenhuma com o Banco e também com o Sindicato.

Leite (2012, p. 170) aborda a conceituação do crédito e sua importância.

O crédito, [...] pode ser compreendido como uma antecipação monetária (empréstimo) entregue ao tomador (produtor) dos recursos, que fará uso do financiamento. Assim, na ausência de recursos próprios que permitam custear a produção, dispor de um programa de crédito para um setor específico tem sido uma estratégia importante para sustentar a produção e, conseqüentemente, a oferta de um bem e/ou serviço.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁵ enquadra os agricultores e produtores rurais como beneficiários de linhas de crédito rural que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Os seguintes requisitos são exigidos para a DAP: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; não detenham, sob qualquer forma, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais de terra,

⁵O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. (Banco Central do Brasil – Crédito Rural, 2013).

quantificados conforme a legislação em vigor; no mínimo 50% da renda bruta familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar. (MANUAL DO CRÉDITO RURAL, 2014).

Os créditos rurais, segundo técnicos agrícolas e presidentes de Sindicatos da região estudada, embasados no Manual de Crédito Rural (2014), podem ser destinados para custeio, investimento ou integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária.

- Os créditos de custeio se destinam a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento.
- Os créditos de investimento se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.
- Os créditos para integralização de cotas-partes se destinam a financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do Pronaf.
- Os créditos individuais, independentemente da classificação dos beneficiários a que se destinam, devem objetivar, sempre que possível, o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo.

As finalidades dos créditos – custeio, investimento e/ou integralização – estão asseguradas em linhas de programas com objetivos e requisitos específicos. A modalidade custeio comporta as linhas de: Pronaf Custeio; Pronaf Custeio Agroindústrias Familiares e de Comercialização; Pronaf A/C; Normas Transitórias. A modalidade investimento enquadra linhas de: Pronaf Mais Alimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Floresta; Pronaf Semiárido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf B; Pronaf Agroecologia; Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental; Pronaf A; Pronaf Grupo A Complementar; Normas Transitórias; Pronaf Produtivo Orientado. Por fim, a modalidade integralização de cota-parte assegura linhas de Pronaf Cota-Parte. (MANUAL DE CRÉDITO RURAL, 2014).

Cada uma das linhas de programas do crédito rural possui requisitos de enquadramento para os agricultores familiares. Além dos requisitos, possuem juros específicos, prazo de pagamento e tempo de carência, quando for o caso. O primeiro requisito para acessar uma dessas linhas de crédito é a aquisição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), visto que tais linhas de crédito são destinadas aos agricultores

familiares. Segundo agricultores e presidentes dos STRs, os créditos oferecidos à população rural apresentam diferenças quando destinada a agricultores proprietários de grande quantidade de terra.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) configura-se também como sendo uma linha de crédito que o agricultor familiar pode ter acesso. É um programa do Governo Federal que financia a aquisição de terras de forma complementar aos programas de Reforma Agrária e tem como objetivo contribuir para a redução da pobreza rural e melhoria da qualidade de vida das famílias, mediante o acesso a terra e ao aumento de renda. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Conforme o Núcleo de Assessoria e Planejamento (NAPLAN/URI, 2014) desde a criação dos territórios da Cidadania todos os municípios foram atendidos pela política pública no Programa Nacional de Crédito Fundiário e isto representa até setembro de 2013, desde a sua criação em 2004, conforme Fonte SIGCF/PNCF/SRA (10/2013), 2951 famílias beneficiadas, um valor de R\$ 106.772.166,00, com investimento médio por família de R\$ 36.181,69. Mas, não se detém a explicar minuciosamente as linhas de crédito oferecidas aos agricultores familiares, nem mesmo as diferenças existentes entre a oferta destes para pequenos e grandes agricultores. Pode-se dizer a partir do que foi percebido na pesquisa, que as agências bancárias têm a liberdade para escolher o valor básico por cultura (VBC) e a exigência de avalistas ou não, podendo haver, desse modo, diferença nas exigências quando necessário acessar uma linha de crédito.

Neste sentido, confirma-se a oferta de várias linhas de crédito para os agricultores familiares observando que o elemento da burocracia, citado em alguns dos municípios do Território, faz parte dos procedimentos legais necessários para o acesso a essas linhas. Algumas agências bancárias exigem uma documentação mais rebuscada, enquanto outras podem não exigir tanto assim, o que se configura em uma política interna da própria agência, sendo que não há uma regra geral para todas, a não serem as taxas de juros.

A política do crédito rural está atrelada à política monetária, pois depende das taxas de juros praticadas pelo sistema financeiro e, em especial, definidas pelas autoridades monetárias (no caso do Brasil, o Banco Central).

Num contexto de política monetária que vise à contenção da inflação por intermédio de uma frenagem da capacidade de gasto, o aumento da taxa de juros geral da economia certamente influenciará as condições de operação de programas específicos de crédito, podendo torná-los mais 'caros' aos interessados em recorrer a esse tipo de recurso. Assim, podemos deduzir que, para o tomador dos empréstimos (o produtor), o uso do financiamento somente será interessante quando a expectativa de retorno e a rentabilidade da sua produção compensarem o custo (juros, administração, seguro, etc.) de fazer uso do dinheiro emprestado. Caso contrário, a capacidade de pagamento das dívidas contraídas com esses empréstimos ficará seriamente comprometida. (LEITE, 2012, p. 171).

As palavras do autor remetem às situações explicitadas pelos agricultores familiares dos municípios do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai quando afirmam (não de forma geral) que os juros são muito altos em relação ao preço oferecido pelo produto vendido pelo agricultor. As falas dos presidentes dos Sindicatos confirmam as ofertas, muitas vezes aparentemente facilitadas, dos créditos rurais. O que por vezes pode não ser percebido pelo agricultor que se enquadrando nas linhas de crédito, conforme os requisitos, assume um compromisso com as mesmas que pode não ser interpretado como deveria e afirma não ter informações suficientes sobre o valor financiado. Sabe-se, também, que as linhas de crédito não estão isoladas, mas pertencem a uma política de crédito que supostamente inclui-se no sistema monetário do país que influencia nas condições de operação dos programas conforme os seus interesses.

Outra dificuldade enfrentada pelos agricultores familiares do Território é o clima. A agricultura familiar, de modo geral, está condicionada ao clima e sofre com suas oscilações, porém, foi percebido que os agricultores se organizam com variadas atividades garantindo a renda e o sustento da família.

As várias atividades desempenhadas pelos membros da agricultura familiar no Território do Médio Alto Uruguai constitui-se pela característica da pluriatividade. Conforme Schneider (2005, p. 4):

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas.

Segundo o autor, a pluriatividade caracteriza-se pela combinação de duas ou mais atividades, sendo pelo menos uma delas a agricultura. A interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores, o ambiente social e econômico em que estiverem situados. A partir disso, a pluriatividade configura-se em um fenômeno heterogêneo e diversificado ligado a dois fatores: às estratégias sociais e produtivas que são adotadas pelos membros da família; e às características do contexto em que estiverem inseridas.

Analisar o contexto em que se situam as famílias da agricultura familiar caracterizadas como pluriativas constitui-se como fator importante para a compreensão deste processo, pois, segundo Berdegué, Reardon e Escobar (*apud* SCHNEIDER, 2005), a pluriatividade integra soluções para três grandes problemas do mundo rural: a pobreza rural; a transformação do setor agropecuário; e a modernização técnico-productiva. Neste sentido, a pluriatividade pode ser observada mais notadamente entre

agricultores familiares, especialmente naquelas regiões em que esta forma social possui uma história de ocupação do espaço e do território.

É importante destacar a diferença entre pluriatividade e atividade não-agrícola. As famílias rurais são pluriativas quando uma das atividades refere-se à agricultura havendo a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõem. Já as atividades não-agrícolas são tipos de ocupações em ramos e setores de atividades econômicas e produtivas classificadas como não-agrícolas. (SCHNEIDER, 2005). Isso significa que uma família pode residir no meio rural e envolver-se em diferentes atividades que não estejam ligadas a agricultura configurando-se assim como uma família com atividades não-agrícolas.

Observou-se que as famílias do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai inserem-se em um contexto bastante diversificado e heterogêneo quanto à constituição do grupo familiar e da organização quanto às atividades na propriedade. Pode-se delinear: propriedades em que somente o casal reside e trabalha no meio rural; propriedades em que os filhos moram próximo à propriedade dos pais ou na mesma trabalhando conjuntamente; propriedades em que residem casais de aposentados; entre outras. Quanto à organização das atividades observa-se que há a combinação de atividades ligadas diretamente à agricultura e atividades não-agrícolas.

A combinação de diferentes atividades nas propriedades rurais garante o sustento e a renda das famílias mediante a dificuldade das oscilações climáticas no Território. Segundo o relato dos agricultores familiares entrevistados do Território do Médio Alto Uruguai, acompanha-se nos últimos anos a uma desregularização nas estações do ano, podendo-se notar o calor excessivo no verão e o frio intenso no inverno não se conseguindo claramente diferenciar o outono e a primavera. Ocorre também durante o ano o excesso de chuvas, o que pode ocasionar tempestades, e a falta desta que ocasiona a estiagem (popularmente “seca”), fenômenos estes caracterizados como naturais. A partir dessa realidade, a pluriatividade constitui-se como fator importante para o enfrentamento dessa dificuldade afirmada pelos agricultores familiares do Território.

Em face do contexto da pluriatividade relaciona-se a ênfase da dificuldade de mão de obra nas propriedades rurais em todos os municípios visitados. De maneira geral, o número de pessoas que residem na propriedade e trabalham na mesma é insuficiente para a quantidade de atividades que são desempenhadas. Sabe-se que esta não é apenas uma dificuldade enfrentada nesse Território, a falta de pessoas para trabalhar na agricultura é muito recorrente em todo o território nacional. A área urbana parece ter se apresentado muito mais “atrativa” para os jovens que precisam decidir o seu futuro profissional.

Quando realizada a entrevista com os jovens da Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen (CFR-FW), no primeiro ano da pesquisa, foi perguntado sobre as dificuldades enfrentadas pelos mesmos e suas respectivas famílias. Sobre esse questionamento

é possível fazer uma relação com os dizeres dos agricultores familiares do Território. Percebe-se o maior registro da ocorrência da falta de mão de obra na propriedade como sendo uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares. Decorre, depois dessa, a falta de assistência técnica e a dificuldade financeira como sendo as mais frequentes. A menor ocorrência apresentada nas respostas foi a geografia da propriedade e o ataque de pragas nos diferentes cultivos.

As respostas tanto dos jovens quanto dos agricultores de cada município podem ser associadas configurando-se à similaridade das realidades encontradas no Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai. A maioria dos agricultores dos municípios afirma que a propriedade é constituída apenas pelo casal que ainda reside no campo, sendo muitas vezes de idade já avançada.

Entretanto, é preciso destacar que há propriedades em desenvolvimento constante onde os filhos residem próximos aos pais contribuindo nas atividades da mesma, fazendo desse modo a sucessão rural. Há de se dizer que em todos os municípios visitados, foi salientada a ausência de pessoas que poderiam prestar serviços na propriedade, já que não haveria mão de obra suficiente para atender as necessidades. Sem conseguir a ajuda de terceiros na propriedade, os agricultores organizam-se trocando serviços em épocas de mais trabalho, ou seja, os familiares que moram perto ou até mesmo os vizinhos ajudam-se em épocas de plantio, colheita ou de preparo do alimento para animais.

De modo geral, a incidência das dificuldades relatadas pelos jovens que estudam na CFR é a mesma que aparece nos municípios visitados. A instituição recebe jovens de toda a região, para tanto, o que os jovens externalizam é o reflexo do que está acontecendo no interior de cada município pertencente ao Território.

As demais dificuldades citadas pelos jovens referem-se também às dificuldades enfrentadas pelos agricultores dos municípios visitados. A maior ocorrência em ambos os momentos da pesquisa é a falta de assistência técnica e a falta de apoio de órgãos públicos na agricultura familiar. Nota-se na fala dos agricultores o esquecimento, principalmente dos órgãos públicos locais (Prefeituras Municipais) quanto à aquisição de serviços na propriedade ou até mesmo em vias públicas do interior dos municípios.

Apesar de afirmarem a falta do apoio e assistência técnica dos órgãos públicos, nota-se que a grande maioria dos agricultores familiares do Território possui os maquinários básicos para atenderem as suas necessidades primeiras. As terras também facilitam o uso de máquinas e quando a geografia da propriedade não permite o acesso de máquinas agrícolas, a terra é aproveitada para o cultivo de culturas que não exigem o emprego dessas, como por exemplo: mandioca, amendoim, batata doce, cana-de-açúcar, hortaliças, entre outras. Desse modo, os agricultores familiares produzem alimentos para a subsistência preocupando-se com a qualidade, ao mesmo tempo em que trabalham para o sustento e renda da família.

Pode-se dizer que as linhas de crédito oferecidas aos agricultores familiares também contribuem para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas tanto novos quanto usados. O espaço rural tem demonstrado o seu potencial seguido de avanços acompanhado de resultados caracterizados pela qualidade de vida, sustentabilidade e geração de renda. Um elemento contribuinte para que esses avanços vêm acontecendo é a proposta pedagógica da alternância desenvolvida na Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen. A sua contribuição para a mudança do espaço rural na região do Médio Alto Uruguai pode ser percebido no gráfico abaixo representado:

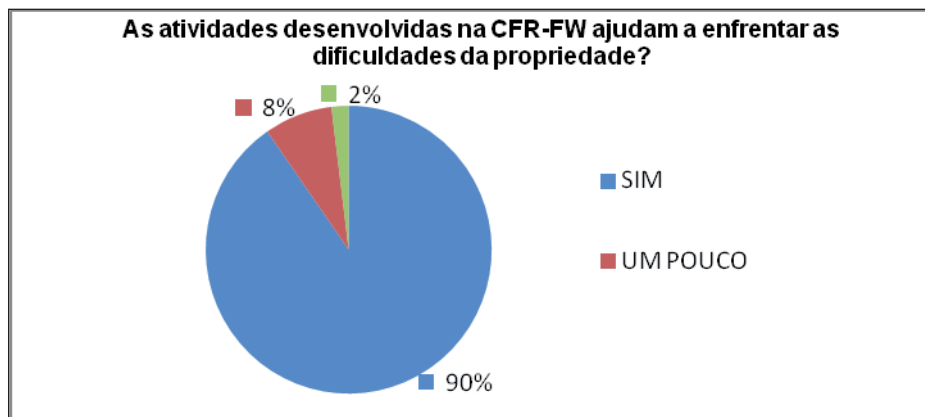


GRÁFICO 1: As atividades na CFR-FW ajudam a enfrentar as dificuldades da propriedade?
 Nota: Elaborado pelas autoras (2013).

Nota-se a representação significativa no gráfico da contribuição da pedagogia da alternância para o enfrentamento das dificuldades destacadas anteriormente. Além dessa primeira informação procurou-se descobrir de que forma tais atividades contribuem para o enfrentamento das dificuldades na propriedade. A constatação feita a partir das respostas desta pergunta foi que as atividades ministradas na CFR/FW contribuem para a ampliação e construção de novos conhecimentos que podem ser aplicados na propriedade. Tal afirmativa pode ser verificada em algumas respostas dos jovens transcritas abaixo:

“Sim, na CFR eu aprendo coisas que meus pais não sabem, assim, o que eu aprendo posso passar para eles, nisso eu os ajudo.” (JOVEM 1- CFR-FW, 2013).

“A CFR ajuda bastante, nos apoia, ajuda, auxilia e nos traz conhecimentos, tanto que meu projeto já está em desenvolvimento.” (JOVEM 2- CFR-FW, 2013).

“Ajuda, pois muitas vezes trazemos nossas dúvidas para os monitores nos ajudarem a resolver o problema.” (JOVEM 3- CFR-FW, 2013).

“Sim, colocando em prática o conhecimento levado da Casa Familiar Rural.” (JOVEM 4- CFR-FW, 2013).

Além da ampliação e construção de conhecimentos, outras formas de contribuição podem ser verificadas pelas respostas, como, por exemplo: por meio da relação entre o jovem e a família havendo o diálogo; por meio da construção e implementação de projetos⁶ e também pelo apoio e incentivo recebido na e da CFR-FW.

As respostas evidenciam o trabalho pedagógico que parte da realidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Tal realidade pode ser extraída e contemplada por meio do diálogo entre monitor e jovens; por meio das visitas de estudos, nas quais são observadas realidades diferentes e levadas em consideração a partir da que se vive, promovendo a discussão de atividades alternativas para a propriedade do jovem; diálogo entre jovem e família para posterior explanação na Casa Familiar Rural e atividades diversas que partem desse diálogo, visto aqui como um levantamento da realidade de cada jovem.

CONCLUSÃO

O estudo aqui apresentado buscou discutir as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai analisando-as sob o trabalho e as contribuições da pedagogia da alternância desenvolvida com os jovens da Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen.

Segundo Nascimento (2004) não é possível visualizar uma proposta de educação do campo que não esteja ligada a um projeto popular de educação e desenvolvimento para o país, ampliando assim, o leque de debates acerca dos problemas existentes no meio rural. É preciso políticas setoriais de combate à exclusão social, ao êxodo rural, ao analfabetismo funcional, à agricultura familiar, à formação do professor, para que a luta por uma educação do campo não caia em medidas meramente paliativas.

Uma proposta educativa para o campo precisa se preocupar com o desenvolvimento deste espaço como um todo, não o visualizando como um mero instrumento de reprodução do sistema de mercado vigente. A Revolução Verde deixou muitas marcas no espaço rural transformando-o conforme interesses, supervalorizando a monocultura e os grandes proprietários de terra. Registra-se neste período o abandono de um jeito próprio de viver e de produzir, segundo Görger (2004), o que é entendido como desenvolvimento do espaço rural.

⁶ Ao iniciar os estudos no CEFFA, o jovem é orientado a construir o seu Projeto de Vida. É um meio de o jovem concretizar as pesquisas dos Planos de Estudo e começar a pensar no futuro como profissional; buscando a inserção no mundo do trabalho, ou seja, de implementar um empreendimento que gere emprego e renda para o jovem e sua família. Com este instrumento, o CEFFA pretende proporcionar aos jovens uma alternativa de futuro para o campo, garantindo a permanência do jovem nesse espaço. (DOSSIÊ, MÓDULO III)

O desenvolvimento do meio é uma das finalidades dos Centros Familiares de Formação por Alternância e requer um desenvolvimento tanto social como econômico, tendo em vista sempre a sustentabilidade. A interação entre os atores envolvidos no CEFFA é concretizada dentro de dimensões humanas, econômicas, sociais, culturais, ambientais, numa perspectiva global. Sendo assim, a partir da interação dos sujeitos, quando eles têm interesses individuais em comum, são conduzidas ações para o desenvolvimento de competências, de atitudes, de comportamentos para um bem estar econômico e social melhor para todos que vivem nesse meio. (SOUZA, 2012).

Lamarche (1993) aborda que equivocadamente a agricultura familiar esteve sempre ligada à pobreza no meio rural e o uso ineficiente dos fatores de produção, o que não simboliza a verdade, tendo em vista que esta modalidade de produção agrícola, num contexto geral, apresenta uma grande eficiência na combinação de seus fatores produtivos, apesar de não possuir renda elevada; razão dos limites físicos de suas áreas, da baixa escolaridade e da ausência de poupança.

Há de se considerar que os agricultores encontram dificuldades muitas vezes pelos limites físicos da propriedade conforme o autor afirma, porém, os agricultores conseguem visualizar este espaço como um campo de possibilidades e cultivo de vários produtos, configurando-se como famílias pluriativas. Esse modo de organizar-se garante à agricultura familiar da região estudada uma produção de subsistência com qualidade além de uma renda considerável. Sobre a poupança, não é possível fazer considerações, haja vista, não foi questionado os agricultores familiares sobre a questão, embora, observou-se que este fator é relativo conforme a renda e organização de cada família.

Quanto à baixa escolaridade, pode-se dizer que realmente a população do campo não apresenta um grau elevado de estudo, haja vista que por muitos anos perpetuou-se o discurso de que “gente que mora na roça não precisa de estudo”. O discurso ainda pode ser observado nos dias atuais, porém, a proposta pedagógica da alternância vem contribuindo para a mudança desse paradigma, pois as atividades desenvolvidas na CFR/FW apontam para mudanças no espaço rural.

Quando há uma verdadeira interação entre escola e família, que é proposta pela pedagogia da alternância, o desenvolvimento do meio torna-se uma consequência das ações praticadas pelo jovem e pela família, já que um dos objetivos dessa metodologia é que o alternante permaneça no espaço rural não precisando procurar alternativas fora desse espaço, o que talvez estivesse sendo conduzido para um êxodo rural. Para tanto, o desenvolvimento do jovem deve andar junto com o desenvolvimento do meio, visto que este deve primar por uma melhoria de vida das pessoas que ali moram e também daquelas que um dia poderão morar, por isso, a importância de ser em prol da sustentabilidade.

Com isso, firma-se a compreensão de que os conhecimentos construídos na pedagogia da alternância significam a formação emancipatória e integral desses jovens,

que serão responsáveis por validar na prática cotidiana e, conseqüentemente, esses saberes irão fornecer subsídios para a (re)elaboração das técnicas de modernização agrícola, de acordo com as necessidades da propriedade.

Além da atuação da pedagogia da alternância na região estudada, outros elementos contribuem para o desenvolvimento desse espaço. Inicialmente a CFR/FW age de forma a disseminar a valorização da agricultura familiar e a permanência do jovem no campo. A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) oferece o curso de Tecnologia em Agropecuária, a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, e o curso de Tecnologia em Agronegócio, voltados para pessoas do campo ou que se interessam em estudar essa área. Além disso, a URI oferece formações para professores e demais pessoas que de alguma forma envolvem-se com o campo. Ainda pode se destacar a atuação de empresas Seara e Labema (esta em construção) na região que auxiliam na obtenção de renda e produtividade dos agricultores familiares, possibilitando a movimentação da economia através da pluriatividade. A Emater também é um órgão que por meio da extensão rural e da assistência técnica procura atender às necessidades dos agricultores com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

Em face do exposto, salienta-se que o espaço rural apresenta-se como um espaço de possibilidades. Sobre isto, Arroyo *et.al.*(2004, p.15) afirma que:

Esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência social, confere à educação do campo o papel de fomentar reflexões sobre um novo projeto de desenvolvimento e o papel do campo neste projeto. Também o papel de fortalecer a identidade e a autonomia das populações do campo e ajudar o povo brasileiro a compreender que não há uma hierarquia, mas uma complementaridade: cidade não vive sem campo que não vive sem cidade.

A educação do campo precisa ser pensada a partir das singularidades de cada espaço, valorizando os saberes populares e a cultura dos seus sujeitos. Destaca-se, a partir disso, o trabalho desenvolvido com a pedagogia da alternância nos CEFFAs, em especial na Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen. Esta metodologia de trabalho evidencia a realidade do jovem que é contextualizada de acordo com a realidade regional e trabalhada sob conhecimentos científicos teóricos que possibilitam o confronto de ideias que ao voltar à propriedade constituem-se como princípios basilares para que a mudança aconteça.

Salientam-se, a partir disso, as possibilidades socioeducativas da pedagogia da alternância para o enfrentamento das dificuldades encontradas no Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai mediante o objetivo proposto do estudo. A pedagogia da alternância configura-se como uma prática educativa adequada aos sujeitos do campo, pois, torna-os atores e autores do próprio processo educativo relacionando seus conhecimentos empíricos com saberes científicos que impulsionam a transformação do espaço onde vivem e produzem.

PACHECO, Luci Mary Duso; DAL CANTON, Vanessa. Pedagogy of alternation: social and educational possibilities for the family farmers from Medium High Uruguay territory. *ORG & DEMO* (Marília), v. 15, n. 2, p. 83-104, Jul./Dez., 2014.

ABSTRACT: This thesis aims to study the social and educational possibilities of the pedagogical proposition of alternation, starting from an analysis of the difficulties faced by family farmers in the Citizen's Territory of the Medium High Uruguay. Its methodology is based on bibliographic studies, interviews with the members of the Rural House of the Family of Frederico Westphalen, and visits to municipalities of the territory. The territory is constituted by municipalities of similar characteristics presents similarities in these difficulties in familiar agriculture. The pedagogy of alternation, methodology used in the Centers of Familiar Formation by Alternation (CEFFAs) comprehends moments in family/propriety and moments in school, articulating theory and practice steadily, in hopes of forming young people wholly and to consolidate the development of the environment in which he lives, and that, by consequence, helps to create. In that sense, the pedagogy of alternation contributes significantly to facing the difficulties by rural families of the Territory, allowing the development of this space in a way to guarantee income, ensure life quality and sustainability.

KEYWORDS: pedagogy of alternation, Rural Family Home, Medium High Uruguay territory.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crédito Rural**. Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro, SICOR. Brasília, DF: CMM. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?credrural>. Acesso: 10 mar. 2014.

BEGNAMI, J. B.. **Os CEFFAs e a gestão democrática nas escolas do campo**. Brasília: DF, 2009. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B07bZIN7afpJM0RXQmRaUnpzOUU/edit?pli=1>. Acesso em: 18 nov. 2012.

BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, T. de. **Dossiê III – Módulo III**. O(a) monitor(a) e os instrumentos pedagógicos da alternância. SIMFR, 2003.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil: Quilombo – Santa Catarina: um estudo de caso**. Base de Dados da pesquisa Agropecuária. Campinas: EMBRAPA, 1996. Disponível em: <http://andorinha.epagri.sc.gov.br/consultawebsite/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22BIANCHINI,%20V,%22>. Acesso em: 19 abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual do Crédito Rural**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CARVALHO, H. M. C.; COSTA, F. A. In: CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 26-32.

FLORES, A. J. **A contribuição da sociedade civil na implementação de políticas públicas: estudo de caso da política de eletrificação rural na região do Médio Alto Uruguai/RS/Brasil**. Santa Cruz do Sul, 2009. 167f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://btd.unisc.br/Teses/Joreci.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2012.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar**: limites do conceito e evolução do crédito. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000115&pid=S1516-3598201200010003000007&lng=pt. Acesso em: 10 mar. 2014.

GÖRGEN, S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Porto Alegre: s.e., 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 15 mai. 2014.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura**: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar. In.: CALDART. R; PEREIRA. I; ALENTEJANO. P; FRIGOTTO. G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 32-40.

NÚCLEO DE ACESSORIA E PLANEJAMENTO – NAPLAN. **O Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai**. Banco de Dados Internos. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen, 2014.

PACHECO, L. M. D. **Práticas educativas escolares de enfrentamento da exclusão social no meio rural**: a pedagogia da alternância e a Casa Familiar Rural em Frederico Westphalen. São Leopoldo. 2010. 207f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **Revista Redes**. Santa Cruz, v. 9, n 3, p. 75-109, 2005.

SILVA, L. H. Modalidades, representações e práticas de alternância na formação de jovens agricultores. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília, n. 2 p. 5-23, 2006.

SOUZA, J. V. A. de. **Pedagogia da Alternância**: uma alternativa consistente de escolarização rural? Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT14-4500--Int.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

Submetido em: 10-10-2014

Requeridas alterações

Aprovado em: 08-12-2014

